



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 serão divulgadas no dia 31 de julho de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- Permanência da incerteza quanto ao início e ritmo de implementação nos EUA e Zona do Euro, respectivamente, dos ciclos de afrouxamento monetário nas economias avançadas.**
- Processos eleitorais em países emergentes relevantes provocaram elevação na aversão ao risco associado a essas economias.**

No ambiente doméstico

- Avanço na regulamentação da reforma tributária aprovada ao final de 2023, acompanhada de piora na percepção quanto à evolução do endividamento público brasileiro, a despeito da continuidade de um desempenho robusto da arrecadação tributária no período.**

Após a montagem de um grupo de trabalho parlamentar, dois projetos de lei destinados a regulamentar aspectos da reforma tributária aprovada ao final de 2023 deverão ir para votação ao longo do terceiro trimestre de 2024. Tal qual visto nos primeiros meses do ano, a arrecadação tributária seguiu registrando desempenho robusto no segundo trimestre de 2024, ainda influenciada por medidas específicas implementadas anteriormente e que não deverão se mostrar recorrentes à frente. Em contraposição à dinâmica favorável da arrecadação, os gastos públicos também demonstraram ritmo forte de crescimento, mas de maneira mais estrutural que a evolução das receitas. Tal combinação provocou piora na percepção dos mercados quanto à trajetória do endividamento público brasileiro ao longo dos próximos anos, o que acabou gerando uma reavaliação nos preços dos ativos domésticos.

Após flutuações entre R\$4,83 I/US\$ e R\$5,05 I/US\$ no primeiro trimestre de 2024, a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$5,00 I/US\$ e R\$5,60 I/US\$ no segundo trimestre e encerrou o período cotada a R\$5,59 I/US\$, patamar superior à cotação de R\$5,01 I/US\$ verificada no encerramento do 1T24. Na visão do Banco Santander, além da piora na percepção quanto à dinâmica fiscal brasileira, a desvalorização do real decorreu também da manutenção da incerteza com relação aos processos de distensão monetária nas economias avançadas, além da elevação na aversão a risco dos investidores internacionais com relação às economias emergentes.

O Banco Santander avalia que a perspectiva de manutenção da taxa Selic no patamar de 10,50% a.a. por um período prolongado, a manutenção de um desempenho bastante sólido do comércio exterior e os sinais de que o ciclo de corte de juros nos EUA deverá ocorrer ainda em 2024 poderão ajudar a reverter parte da desvalorização registrada pelo real no 2T24. Por estes motivos, projetamos que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2024 ao redor do patamar de R\$5,30 I/US\$.

Perspectivas positivas com o ritmo da atividade econômica no 1T24, derivada de resiliência no mercado de trabalho e de impulsos fiscais

Conforme estimado pelo Banco Santander, o PIB do 1T24 voltou a registrar crescimento forte após ter permanecido praticamente estável na segunda metade de 2023. Na opinião do Banco Santander, o desempenho foi majoritariamente causado pela resiliência do mercado de trabalho. Inicialmente, este resultado acabou reforçando a onda de revisões alistas na projeção para o crescimento do PIB em 2024. Ao final do 1T24, a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicava crescimento do PIB brasileiro de 1,9% em 2024. Ao final do 2T24, a mediana das projeções subiu para 2,1%. O Banco Santander também revisou sua projeção de 1,8% para 2,0% em 2024 e poderia ter elevado para patamar superior a este, não fosse pela ocorrência de enchentes no estado do Rio do Grande do Sul que deverão ter impacto negativo de 0,3% do PIB neste ano.

Deterioração nas expectativas de inflação levam à interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em agosto de 2023.

Embora a variação interanual do IPCA tenha permanecido em patamar inferior ao teto da margem de tolerância estipulado pelo sistema de metas inflacionárias, as medidas subjacentes de inflação seguiram indicando dificuldade na convergência para a meta de 3,0% ao longo do horizonte temporal relevante para a política monetária. Em conjunto com a piora na percepção sobre a dinâmica dos gastos públicos nos meses à frente e incertezas no cenário internacional, estes fatores acabaram fazendo com que as expectativas inflacionárias para os próximos anos registrassem piora. Ao final do 1T24, a expectativa de inflação para os anos de 2024 e 2025 eram de, respectivamente, 3,75% e 3,51%. No encerramento do 2T24, as expectativas para os mesmos períodos atingiram os patamares de 4,00% e 3,87%, respectivamente. Como resultado, o Banco Central optou pela interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em meados de 2023 e, ademais, sinalizou que será necessário manter este nível de taxa Selic por um período prolongado de tempo para que haja a convergência da variação interanual do IPCA para a meta de 3,0%. Embora o Banco Santander avalie que a dinâmica inflacionária deverá apresentar melhora ao longo dos próximos meses, a instituição entende que será difícil acontecer melhora substancial nas expectativas inflacionárias à luz de tantas incertezas presentes nos âmbitos doméstico e internacional - fator chave para retomada do processo de redução dos juros no Brasil. Por esta razão, o banco projeta que a taxa Selic permanecerá no patamar de 10,50% a.a. até o final de 2024.

2. Desempenho Consolidado

Consolidamos a nossa estratégia com uma boa performance nesse semestre. Destacamos o bom desempenho em volumes, fundamentado por passivos, pela expansão do nosso plano de captações, além da retomada gradual da dinâmica de negócios, que impulsiona o crescimento do portfólio, beneficiando a margem com perspectiva positiva para o ano. Observamos também desempenho mais favorável em comissões, reforçando a diversificação do nosso portfólio. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito, o que reforça uma trajetória positiva para 2024, com índices de inadimplência controlados. Na dimensão de eficiência, vamos sedimentar ainda mais nossa cultura de produtividade. Com isso, estamos construindo um portfólio sólido, duradouro e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.

Lucro líquido
R\$ 6,4 bilhões 1S24
(+42,8% vs 1S23)

Carteira ampliada
R\$ 665,6 bilhões
(+7,8% vs Jun/23)

Margem financeira
R\$ 29,5 bilhões 1S24
(+12,5% vs 1S23)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	2T24			1T24			2T24 x 1T24			1S24			1S23			1S24 x 1S23		
Margem Financeira Bruta	14.751	14.790	-0,3%	29.541	26.248	12,5%												
Comissões	5.182	4.886	6,1%	10.068	8.744	15,1%												
Receita Total	19.933	19.676	1,3%	39.608	34.992	13,2%												
Resultado de PDD	(5.896)	(6.043)	-2,4%	(11.939)	(12.745)	-6,3%												
Despesas Gerais	(6.314)	(6.297)	0,3%	(12.611)	(12.036)	4,8%												
Outros	(3.816)	(3.797)	0,5%	(7.613)	(6.317)	20,5%												
Lucro líquido antes de impostos	3.907	3.539	10,4%	7.446	3.895	91,2%												
Impostos e minoritários	(575)	(518)	10,9%	(1.092)	554	-297,1%												
Lucro líquido gerencial recorrente	3.332	3.021	10,3%	6.353	4.449	42,8%												

Lucro líquido contábil 3.247 2.936 10,6% 6.184 4.210 46,9%

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante e Não Circulante		1.184.350.721	1.091.618.231	1.232.698.244	1.138.640.692
Disponibilidades	4	10.764.379	9.911.653	10.783.876	10.109.122
Instrumentos Financeiros		1.049.041.046	960.366.683	1.089.255.087	998.193.967
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	181.101.505	171.248.893	121.388.577	113.860.885
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	252.157.219	226.975.180	271.109.905	248.998.836
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	36.793.401	32.019.731	31.047.004	28.066.689
Operações de Crédito	7.a	369.935.908	354.093.609	450.798.015	427.599.259
Outros Ativos Financeiros	9	209.053.013	176.029.270	214.911.586	179.668.298
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	3.181.038	3.164.051
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(32.553.769)	(31.163.480)	(36.544.505)	(35.375.068)
Outros Ativos	11	104.300.965	103.204.585	106.438.357	106.924.963
Ativos Fiscais	10	52.798.100	49.298.790	59.584.391	55.623.657
Permanente		71.857.766	67.457.517	15.927.189	14.555.739
Investimentos		60.054.568	55.122.785	2.888.436	939.339
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	60.050.993	55.119.210	2.884.859	935.762
Outros Investimentos		3.575	3.575	3.577	3.577
Imobilizado de Uso	14	4.800.067	5.251.777	5.222.781	5.654.848
Imóveis de Uso		2.375.115	2.385.144	2.609.147	2.617.403
Outras Imobilizações de Uso		13.413.588	13.559.747	13.857.156	13.956.282
(Depreciações Acumuladas)		(10.988.636)	(10.693.114)	(11.243.522)	(10.918.837)
Intangível	15	7.003.131	7.082.955	7.815.972	7.961.552
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.273.819	28.276.124
Outros Ativos Intangíveis		14.587.928	14.016.884	15.185.978	14.619.846
(Amortizações Acumuladas)		(34.805.312)	(34.154.444)	(35.643.825)	(34.934.418)
Total do Ativo		1.256.208.487	1.159.075.748	1.248.625.433	1.153.196.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 23 de julho de 2024)

3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão. A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atauais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a ferramenta que permite avaliação das famílias de risco para gerar o planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.

6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional e sua obsessão pela evolução da experiência do cliente e do colaborador. O protagonismo e a autonomia se ampliam a favor de um ambiente de inovação que acelera a transformação digital e aprimora a oferta para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.091 colaboradores, considerando todo o grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes. Para isso, o Santander preza por um ambiente diverso, em que cada profissional se sinta valorizado e construa sua carreira com uma visão de longo prazo. A partir de 5 pilares de diversidade - Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade Geracional e LGBTQIA+ e da força transformadora do aprendizado contínuo, cada colaborador é protagonista da sua jornada de desenvolvimento, enriquecida pela colaboração essencial entre pares e líderes, garantindo que as oportunidades de crescimento estejam ao alcance de todos. O Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 10ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.

7. Sustentabilidade

O propósito do Banco Santander é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios apoiando a construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Ambiental:	
Fomento a negócios sustentáveis e com compromisso de ser Net Zero até 2050	<ul style="list-style-type: none"> Encerramento do semestre com 32,9 bilhões em nossa carteira de negócios sustentáveis. Seguimos apoiando nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono. Avanços na mensuração das emissões financiadas de CO² do setor agropecuário, passo importante para a concessão de crédito focado nas ações de transição e representam o baseline para as metas NZBA (Net Zero Banking Alliance) do setor. Lançamento de metas Net Zero para o setor automotivo: fabricação de automóveis (segmento atacado) e crédito para financiamento de veículos no Brasil.

Social:

Contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.	
	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à população do Rio Grande do Sul em função das enchentes ocorridas, através do lançamento do Fundo de Ajuda Humanitária. Ao todo, foram mobilizados R\$7,5MM. Mais de 110 mil usuários beneficiados nos pilares de educação, empregabilidade e empreendedorismo através da plataforma de estudos Open Academy, no Santander Universidade. Lançamento do Programa Lídere sua Carreira para profissionais negros, que inclui ações como assessment e treinamentos em habilidades de liderança.

Governança:

Promoção do ESG em nossa cultura, através da conexão de todos os negócios do Banco Santander.	
	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade e independência do Conselho de Administração : 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes, em junho de 2024. Evolução importante na pontuação do no ranking geral carteira 2023-2024 do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, passando de 16º para 12º posição. Destaque na premiação "Melhores do ESG" da revista Exame.

8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da CVM 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

9. Outros Assuntos

O Banco Santander S.A., em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

10. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		100.213.289	42.873.602	106.230.492	49.301.544
Operações de Crédito		41.509.518	31.238.377	50.192.030	38.345.791
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	209.721	216.822
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.v	42.687.130	12.596.128	41.651.595	8.240.351
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		8.517.200	(7.045.444)	6.661.199	(3.604.729)
Resultado de Operações com Câmbio	6.b	3.535.023	1.777.975	3.535.023	1.777.975
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.964.418	4.306.566	3.980.924	4.325.334
Despesas da Intermediação Financeira		(90.462.689)	(38.481.756)	(90.373.274)	(37.843.486)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(59.633.380)	(29.972.465)	(57.774.632)	(27.783.853)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(18.568.258)	4.792.674	(18.589.998)	4.753.825
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(576.885)	230.911	(793.028)	699.933
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(11.684.166)	(13.532.876)	(13.215.616)	(15.514.161)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.750.600	4.391.846	15.857.218	11.458.058
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.820.491)	(3.016.127)	(9.385.129)	(8.303.727)
Receitas de Prestação de Serviços	22	6.341.826	5.378.304	8.112.710	6.821.049
Rendas de Tarifas Bancárias	22	2.321.039	2.311.745	2.835.553	2.688.447
Despesas de Pessoal	23	(3.482.324)	(3.376.009)	(4.845.035)	(4.528.543)
Outras Despesas Administrativas	24	(7.121.340)	(6.936.207)	(6.553.413)	(6.531.914)
Despesas Tributárias	(1.396.237)	(1.638.839)	(2.352.081		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado			Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023			01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023		
Atividades Operacionais											
Lucro Líquido		6.081.522	4.183.024	6.183.705	4.210.291	Varição líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(1.042.359)	(1.594.105)	(1.042.563)	(1.600.370)
Ajustes ao Lucro Líquido		(2.987.268)	35.197.517	2.278.069	40.416.856	Aumento (redução) em Depósitos		21.252.448	19.410.289	21.372.335	18.367.860
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	11.684.166	13.532.876	13.215.616	15.514.161	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		14.879.188	6.324.605	8.769.683	2.788.776
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	2.014.781	(317.599)	2.232.999	(2.317.739)	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		6.563.562	(5.181.342)	6.505.900	(5.193.003)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	276.101	259.566	290.422	275.814	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		38.362.177	(55.078.041)	41.963.153	(53.720.761)
Tributos Diferidos		(1.965.172)	(3.910.788)	(1.797.419)	(3.152.671)	Aumento (redução) em Outros Passivos		11.618.699	4.389.928	10.866.861	14.927.882
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(3.312.498)	(4.472.224)	(89.467)	(81.527)	Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		827.062	398.922	2.515.355	5.034.774
Depreciações e Amortizações	24	1.564.980	1.531.166	1.694.286	1.658.240	Imposto Pago		(211.120)	(190.607)	(2.455.429)	(2.560.887)
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	2.920	(2.009)	(50.560)	(21.361)	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(7.877.161)	(6.432.256)	(11.314.896)	1.991.319
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(81.287)	(15.578)	(23.370)	(22.516)	Atividades de Investimento					
Resultado de Aquisição/Alienação de Investimentos	26	(1.929.980)	-	(1.929.980)	-	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		-	(49.200)	(5.000)	-
Atualização de Depósitos Judiciais		(291.222)	(288.212)	(366.946)	(342.931)	Aquisição de Participações		(440.667)	-	(114.020)	-
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		(33.695)	112.378	(33.695)	112.378	Aquisição de Outros Investimentos		-	-	-	(10)
Atualização de Impostos a Compensar		(139.225)	(255.265)	(165.226)	(280.121)	Aquisição de Imobilizado de Uso		(201.558)	(560.786)	(264.348)	(624.643)
Eleitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		4.842	(448.188)	4.842	(448.188)	Aplicações no Intangível		(901.708)	(1.283.562)	(975.248)	(1.364.931)
Eleitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(10.824.060)	29.443.558	(10.824.060)	29.443.558	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		70.020	-	-	135.356
Outros		42.081	27.836	120.627	79.759	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		623.779	715.799	340.183	81.265
Variações em Ativos e Passivos		(10.971.415)	(45.812.797)	(19.776.670)	(42.635.828)	Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		390.875	159.613	451.234	223.798
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(24.313.737)	611.213	(21.728.409)	66.571	Alienação de Imobilizado de Uso		69.626	73.326	71.868	121.701
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(26.748.756)	(30.913.723)	(25.125.346)	(37.097.864)	Alienações no Intangível		195	278.824	62.961	314.578
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(26.848.372)	(12.315.648)	(35.976.694)	(15.750.814)	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(389.438)	(665.986)	(432.370)	(1.112.886)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		275.894	734.522	261.499	734.522	Atividades de Financiamento					
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.435.747)	(4.296.628)	(4.449.781)	(4.294.056)	Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	20.d	226.601	116.281	226.601	116.281
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(20.419.159)	37.481.551	(22.624.467)	36.014.570	Emissões de Obrigações de Longo Prazo		6.774.305	63.662.083	7.989.755	64.374.017
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(349.011)	(518.148)	(397.097)	(585.507)	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(9.778.193)	(47.451.452)	(6.896.500)	(55.554.069)
Redução (aumento) em Outros Ativos		(854.012)	(4.419.687)	1.197.142	1.141.684	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.559.671)	(2.491.958)	(2.978.825)	(2.991.330)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		471.828	(655.898)	571.188	(909.205)	Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	(114.886)	-
						Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(5.336.958)	13.834.954	(1.773.855)	5.944.899
						Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.842)	448.188	(4.842)	448.188
						Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.608.399)	7.184.900	(13.525.963)	7.271.520
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	90.465.192	50.767.409	90.207.701	49.938.071
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	76.856.793	57.952.146	76.681.738	57.204.537

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total	
			Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios				Coligadas e Controladas
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	436.314	5.888.573	26.364.455	(1.209.880)	(410.083)	(2.884.458)	-	81.965.605
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(422.564)	-	(422.564)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	116.281	116.281
Resultado com Ações em Tesouraria		-	27.836	-	-	-	-	-	-	27.836
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	16.007	-	-	-	-	-	-	16.007
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.145.285	111.228	-	-	1.256.513
Dividendos Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	48.197
Lucro Líquido		-	-	-	48.197	-	-	-	-	48.197
Destinações:									4.183.024	4.183.024
Reserva Legal	20.c	-	-	209.152	-	-	-	(209.152)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	773.872	-	-	(773.872)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023		55.000.000	480.157	6.097.725	27.186.524	(64.595)	(298.855)	(3.307.022)	-	83.990.899
Mutações no Período		-	43.843	209.152	822.069	1.145.285	111.228	(422.564)	-	116.281
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	-	85.913.641
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	165.553	-	165.553
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	226.601	226.601
Resultado com Ações em Tesouraria		-	42.081	-	-	-	-	-	-	42.081
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(132.027)	-	-	-	-	-	-	(132.027)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.349.752)	(146.619)	-	-	(1.496.371)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	-	-	(274.734)	-	(274.734)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	-	7.601	-	7.601
Dividendos Prescritos		-	-	-	-	23.299	-	-	-	23.299
Aumento de Capital		10.000.000	-	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.081.522	6.081.522
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	3.081.522	-	-	(3.081.522)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2024		65.000.000	510.985	6.331.785	21.747.152	(1.104.542)	(435.721)	(3.612.311)	-	(880.182)
Mutações no Período		10.000.000	(89.946)	-	(6.895.179)	(1.349.752)	(146.619)	(101.580)	-	226.601

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido	
			Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios						Coligadas e Controladas
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	444.969	5.898.768	26.126.387	(1.304.436)	(2.884.458)	-	(1.219.316)	82.061.914	1.353.319	83.415.233
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	(422.564)	-	-	-	-	(422.564)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	116.281	-	116.281	-	116.281
Resultado de Ações em Tesouraria		-	27.837	-	-	-	-	-	-	27.837	-	27.837
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	14.035	-	-	-	-	-	-	14.035	-	14.035
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.210.054	-	-	-	1.210.054	-	1.210.054
Dividendos Prescritos		-	-	-	48.196	-	-	-	-	48.196	-	48.196
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	4.210.291	-	-	4.210.291	-	4.210.291
Destinações:												
Reserva Legal	20.c	-	-	210.515	-	-	(210.515)	-	-	-	-	-
Dividendos	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)	-	-	(3.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	570.573	-	(570.573)	-	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	229.203	-	(229.203)	-	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.922	51.922
Outros		-	-	(28.596)	-	-	-	-	-	(28.596)	(126.044)	(154.640)
Saldos em 30 de junho de 2023		55.000.000	486.841	6.109.283	26.945.763	(94.382)	(3.307.022)	(1.103.035)	84.037.448	1.279.197	1.353.319	85.316.645
Mutações no Período		-	41.872	210.515	819.376	1.210.054	(422.564)	-	116.281</			



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco não possui operações de Hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detém investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para o decorrer de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre: o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receltas Operacionais

Representadas substancialmente por receltas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes.

Para o reconhecimento destas receltas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar a(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bancar nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviço de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualizada através da Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 27. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 23).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total do Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero. O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na nota 16.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 10.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

a) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 30.h

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	10.764.379	9.911.653	11.825.127	14.352.187
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	66.092.414	80.553.539	46.127.019	36.415.222
Aplicações no Mercado Aberto	54.447.893	65.766.340	35.934.996	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.121.979	1.007.830	1.009.250	1.241.815
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.522.542	13.779.369	9.182.773	7.828.888
Total	76.856.793	90.465.192	57.952.146	50.767.409

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	10.783.876	10.109.122	11.828.456	14.420.204
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.897.862	80.098.579	45.376.081	35.517.867
Aplicações no Mercado Aberto	54.447.893	65.766.340	35.934.996	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	927.427	552.870	258.312	344.460
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.522.542	13.779.369	9.182.773	7.828.888
Total	76.681.738	90.207.701	57.204.537	49.938.071

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto	103.133.673	-	-	103.133.673
Posição Bancada	3.223.365	-	-	3.223.365
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.616.969	-	-	1.616.969
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.459.585	-	-	1.459.585
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	146.811	-	-	146.811
Posição Financiada	67.040.202	-	-	67.040.202
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.211.713	-	-	20.211.713
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.402.030	-	-	37.402.030
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.426.459	-	-	9.426.459
Posição Vendida	32.870.106	-	-	32.870.106
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.661.053	-	-	13.661.053
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.209.053	-	-	19.209.053
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.218.782	26.210.022	23.016.486	67.445.290
Aplicações em Moeda Estrangeira	10.522.542	-	-	10.522.542
Total	131.874.997	26.210.022	23.016.486	181.101.505

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto	103.229.400	-	-	103.229.400
Posição Bancada	3.319.092	-	-	3.319.092
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.617.564	-	-	1.617.564
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.553.583	-	-	1.553.583
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	147.945	-	-	147.945
Posição Financiada	67.040.202	-	-	67.040.202
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.211.713	-	-	20.211.713
Notas do				

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco									
	30/06/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		30/06/2024			
	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	58.006.704	(1.807.181)	56.199.523	56.076.980	-	573.416	6.473.493	25.728.790	23.423.824	56.199.523
Títulos Públicos	11	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.187.691	-	83.904	28.271.595	26.123.786	-	573.416	4.682.991	21.832.540	1.182.648
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.790.119	-	(581.854)	17.208.265	10.469.947	-	-	-	3.896.250	13.312.015
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.926.218	-	(1.275.153)	9.651.065	11.947.306	-	-	1.490.008	-	8.161.057
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.665	-	(34.067)	1.068.598	960.125	-	-	300.494	-	768.104
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.864	-	-	-	-	-
Títulos Privados	67.737.438	(72.474)	553.337	68.218.301	64.508.624	7.197.857	3.724.580	15.188.808	14.893.054	27.214.002
Ações	7.871	-	7.950	15.821	6	15.821	-	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	131.711	-	-	22.667	12.406	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588
Cotas de Fundos de Investimento	7.182.036	-	-	7.182.036	1.317.920	7.182.036	-	-	-	7.182.036
Debêntures	27.180.912	(72.474)	798.061	27.906.499	32.314.842	-	479.395	2.323.391	5.190.782	19.912.931
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028
Nota Comercial	3.423.381	-	(10.967)	3.412.414	2.237.675	-	551.716	286.892	1.018.943	1.554.863
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458
Total	125.744.142	(72.474)	(1.253.844)	124.417.824	120.585.604	7.197.857	4.297.996	21.662.301	40.621.844	50.637.826

	Consolidado									
	30/06/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		30/06/2024			
	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	67.712.350	(2.576.227)	65.136.123	65.580.863	-	1.322.442	7.437.891	30.859.449	25.516.341	65.136.123
Títulos Públicos	11	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.479.451	-	86.850	34.566.301	32.179.254	-	1.122.522	5.313.233	26.852.153	1.278.393
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.990.042	-	(581.856)	17.408.186	11.263.902	-	199.920	-	3.896.251	13.312.015
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.140.182	-	(2.047.143)	12.093.039	14.601.764	-	-	1.824.165	111.045	10.157.829
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.664	-	(34.067)	1.068.597	960.125	-	-	300.493	-	768.104
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.866	-	-	-	-	-
Títulos Privados	64.341.123	(72.474)	645.443	64.914.292	63.733.954	1.142.653	3.724.581	15.188.807	15.207.778	29.650.473
Ações	274.576	-	98.233	372.809	6	372.809	-	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	194.205	-	-	22.666	12.407	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588
Cotas de Fundos de Investimento	1.126.792	-	41	1.126.833	1.238.583	769.844	-	-	356.989	1.126.833
Debêntures	29.258.414	(72.474)	800.043	29.985.983	33.282.680	-	479.396	2.323.391	5.190.782	21.992.414
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028
Nota Comercial	3.738.092	-	(10.967)	3.727.125	2.511.691	-	551.716	286.892	1.333.655	1.554.862
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	11	-	-	11	-	-	-	-	11	-
Certificado de Operações Estruturadas	-	-	-	-	219	-	-	-	-	-
COE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	132.053.473	(72.474)	(1.930.584)	130.050.415	131.314.717	1.142.653	5.047.023	22.626.698	46.067.227	55.166.814

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco									
	30/06/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		30/06/2024			
	Valor do Custo Amortizado/Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total				
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	27.464.376	28.915.610	25.198.499	997.123	1.268.754	27.464.376				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	197.781	197.781				
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	13.241				
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	2.729.076				
Títulos da Dívida Externa Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	17.633.920				
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358			
Títulos Privados	509.569	509.569	509.569	509.569	509.569	509.569				
Debêntures	509.569	509.569	-	-	509.569	509.569				
Total	27.973.945	28.915.610	25.198.499	997.123	1.778.323	27.973.945				

	Consolidado									
	30/06/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		30/06/2024			
	Valor do Custo Amortizado/Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total				
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	27.464.376	28.915.610	25.198.499	997.123	1.268.754	27.464.376				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	197.781	197.781				
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	13.241				
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	2.729.076				
Títulos da Dívida Externa Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	17.633.920				
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358			
Títulos Privados	10.598	10.598	10.598	10.598	10.598	10.598				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.598	10.598	-	-	10.598	10.598				
Total	27.474.974	28.915.610	25.198.499	997.123	1.279.352	27.474.974				

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 27.245.467- (31/12/2023 - R\$ 28.852.011). Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	34.461.424	7.537.648	35.119.791	6.201.553
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Resultado de Títulos de Renda Variável	9.084.463	5.105.003	9.222.883	2.642.512
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	(324.339)	159.027	(4.219)	334.680
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(591.291)	(384.871)	(591.291)	(384.871)
Outras (3)	56.873	179.321	1.171.375	(642.684)
Total	42.687.130	12.596.128	41.651.595	8.240.351

(1) Inclui resultado de variação cambial no valor de R\$ 25.737.015 (2023 - resultado de R\$ 2.973.014).
 (2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
 (3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 157.263 - no Banco e no Consolidado (2023 - receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 160.732 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos Swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para Swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de Swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar. Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	19.193.991	18.299.175	16.527.382	17.206.706
Opções	3.306.370	3.213.123	2.190.977	2.546.777
Contratos a Termo e Outros	14.293.040	14.017.089	13.301.372	10.297.701
Total	36.793.401	35.529.387	32.019.731	30.051.184
Circulante	19.708.365	18.972.249	16.177.360	15.408.704
Não Circulante	17.085.036	16.557.138	15.842.371	14.642.480

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco					
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024	
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação Swap	1.180.167.240	532.403	894.816	1.080.128.583	(3.890.121)	(679.324)
Ativo	589.786.460	18.436.458	19.193.991	535.994.426	12.548.437	

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Estratégias	30/06/2024				Banco Consolidado 31/12/2023					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge de Operações de Crédito										
Contratos de Futuros	21.011.499	22.018.028	20.723.134	22.386.351	288.365	(368.323)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Contratos de Futuros	20.203.120	18.265.077	17.559.375	18.104.075	2.643.745	161.002	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

Estratégias	30/06/2024				Consolidado 31/12/2023					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge de Operações de Crédito										
Contratos de Futuros	21.011.499	22.018.028	20.723.134	22.386.351	288.365	(368.323)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	6.494.529	5.508.845	5.250.711	5.427.070	1.243.818	81.775	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.494.529	5.508.845	5.250.711	5.427.070	1.243.818	81.775	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	20.203.120	18.265.077	17.559.375	18.104.075	2.643.745	161.002	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

(*) O Banco possui estratégias de Hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Estratégias	Banco 30/06/2024				Consolidado 31/12/2023					
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total		
Hedge de Risco de Mercado	-	-	266.471	266.471	290.091	-	-	266.471	266.471	290.091
Contratos de Swap	-	-	266.471	266.471	290.091	-	-	266.471	266.471	290.091
Hedge de Operações de Crédito										
Contratos de Futuros	2.063.979	5.868.352	14.454.020	22.386.351	21.045.909	2.063.979	5.868.352	14.454.020	22.386.351	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-	10.807.983	-	-	5.427.070	5.427.070	15.770.933
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	10.807.983	-	-	5.427.070	5.427.070	15.770.933
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	- 12.933.201	5.170.874	18.104.075	17.409.795	17.409.795	- 12.933.201	5.170.874	18.104.075	17.409.795	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328
Hedge de Operações de Crédito										
Hedge de Captações	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de Swap e futuros ativos foi liquidado em 31/12/2023 (o valor em 31/12/2023 - R\$ 337).

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default Swaps e total return Swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps - CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				30/06/2024				Banco Consolidado 31/12/2023				
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida (2)	Adicional	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional	Total	
AA	0,0%	191.938.083	-	191.938.083	-	-	-	185.037.635	-	185.037.635	-	-	-	
A	0,5%	134.395.046	-	134.395.046	671.975	1	671.976	125.473.009	-	125.473.009	627.365	3	627.368	
B	1,0%	36.461.896	3.588.645	40.050.541	400.505	70	400.575	36.135.274	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877	
C	3,0%	33.427.226	3.172.749	36.599.975	1.097.999	1.229	1.099.228	32.993.383	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386	
D	10,0%	10.683.691	3.366.724	14.050.415	1.405.041	208.264	1.613.305	11.590.372	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225	
E	30,0%	3.156.894	2.474.732	5.631.626	1.689.488	963.450	2.652.938	4.749.941	2.373.124	7.123.065	2.136.920	92.052	2.228.972	
F	50,0%	2.147.605	2.115.322	4.262.927	2.131.463	722.508	2.853.971	2.367.035	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671	
G	70,0%	6.855.004	2.219.385	9.074.389	6.352.072	2.199.511	8.551.583	6.638.832	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	7.953.300	
H	100,0%	4.495.201	10.214.992	14.710.193	14.710.193	-	14.710.193	4.268.646	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681	
Total		-	423.560.646	27.152.549	450.713.195	28.458.736	4.095.033	32.553.769	409.254.127	26.712.109	435.966.236	29.118.776	2.044.704	31.163.480
Circulante														10.990.008
Não Circulante														20.173.472

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				30/06/2024				Banco Consolidado 31/12/2023			
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida (2)	Adicional	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional	Total
AA	0,0%	208.855.634	-	208.855.634	-	-</							



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.292.414	824.002	7.424.626	3.410.828
Caixas de Registro e Liquidação	8.155	2.049	18.622	5.086
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	15.225	109.491	570.960	442.332
Bolsas - Depósitos em Garantia	453.018	473.271	459.339	479.274
Outros	888.535	354.829	922.294	406.255
Total	3.657.347	1.763.642	9.395.841	4.743.775
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	618.588	294.254	4.435.861	1.107.953
Credores - Conta Liquidações Pendentes	5.746	4.976	1.030.336	236.854
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.129.068	1.273.344
Caixas de Registro e Liquidação	1	10.227	92.879	162.694
Comissões e Corretagens a Pagar	5.198	3.187	7.260	4.554
Outros	561.412	436	561.537	542
Total	1.190.945	313.080	7.256.941	2.785.941

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	45.103.889	41.271.976	50.563.199	46.196.503
Provisão e Contribuições a Compensar	7.694.211	8.026.814	9.021.192	9.427.154
Total	52.798.100	49.298.790	59.584.391	55.623.657
Circulante	932.991	3.834.028	1.541.014	4.738.408
Não Circulante	51.865.109	45.464.762	58.043.377	50.885.249

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco		
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	62.589.813	55.875.335	25.143.901	5.234.611	(2.213.096)	28.165.416
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.979.852	2.856.292	1.285.331	536.170	(482.567)	1.340.934
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.378.107	2.108.600	948.870	147.325	(26.047)	1.070.148
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.765.420	5.825.567	2.621.506	708.316	(735.381)	2.594.441
Ágio	100.528	102.017	45.909	-	(671)	45.238
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.681.938	4.607.131	1.318.642	393.014	(188.004)	1.523.652
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.043.428	1.417.322	674.042	784.816	(11.481)	1.447.377
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.082.291	1.533.694	690.161	5.772	(208.903)	487.030
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	856.464	1.205.283	527.911	383.677	(533.740)	377.848
Outras Provisões Temporárias (3)	7.433.196	6.394.122	2.781.130	1.536.477	(1.055.507)	3.262.100
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	91.911.037	81.925.363	36.037.403	9.732.178	(5.455.397)	40.314.184
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.727.231	11.710.701	5.527.235	-	(437.530)	4.789.705
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	102.638.268	93.676.830	41.271.976	9.732.178	(5.900.265)	45.103.889

	Origens			Consolidado		
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	69.242.133	61.828.383	27.512.454	5.919.506	(2.581.583)	30.850.377
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.197.749	3.082.592	1.374.298	570.093	(516.723)	1.427.668
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.505.710	2.229.723	997.129	158.294	(36.144)	1.119.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.111.450	6.168.408	2.746.669	730.119	(758.864)	2.717.924
Ágio	100.528	102.017	45.908	-	(670)	45.238
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.523.031	7.830.843	2.516.879	2.040.809	(1.591.885)	2.965.803
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.837.103	2.049.816	947.929	923.332	(81.498)	1.789.763
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.092.344	1.543.768	693.587	5.771	(208.910)	490.448
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.107.251	1.629.466	671.892	450.825	(658.714)	464.003
Outras Provisões Temporárias (3)	8.245.334	7.315.138	3.119.676	1.632.719	(1.198.699)	3.553.696
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	104.962.633	93.780.154	40.626.421	12.431.468	(7.633.690)	45.424.199
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.913.641	12.906.909	5.562.744	57.601	(481.345)	5.139.000
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	116.876.274	106.727.829	46.196.503	12.489.069	(8.122.373)	50.563.199

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2024, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 75.875 (31/12/2023 - R\$108.198) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	-	-	30/06/2024	Total
2024	3.786.916	3.049.754	40.573	-	-	6.873.243	6.873.243
2025	6.721.480	5.415.450	81.146	-	-	12.218.076	12.218.076
2026	4.835.722	3.882.383	81.146	-	-	8.799.251	8.799.251
2027	4.501.754	3.601.393	81.146	-	-	8.184.293	8.184.293
2028	1.531.916	1.225.522	81.146	1.136.407	3.974.991	3.974.991	3.974.991
2029 a 2033	725.817	580.649	40.573	3.653.298	5.000.337	5.000.337	5.000.337
Até 2034	27.610	22.088	-	-	49.698	49.698	49.698
Total	22.131.215	17.777.239	405.730	4.789.705	45.103.889	45.103.889	45.103.889

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Consolidado Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	-	-	30/06/2024	Total
2024	4.243.905	3.304.226	61.652	143.300	7.753.083	7.753.083	7.753.083
2025	7.470.364	5.822.038	123.147	133.826	13.549.375	13.549.375	13.549.375
2026	5.683.817	4.344.449	122.453	3.522	10.154.241	10.154.241	10.154.241
2027	5.171.037	3.970.919	122.453	5.230	9.269.639	9.269.639	9.269.639
2028	1.866.909	1.390.547	122.453	1.142.798	4.522.707	4.522.707	4.522.707
2029 a 2033	856.718	636.005	61.228	3.688.704	5.242.655	5.242.655	5.242.655
Até 2034	27.743	22.136	-	21.620	71.499	71.499	71.499
Total	25.320.493	19.490.320	613.386	5.139.000	50.563.199	50.563.199	50.563.199

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 38.116.337 (31/12/2023 - R\$ 33.321.684) no Banco e R\$ 42.636.032 (31/12/2023 - R\$ 37.477.915) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	3.446.989	2.727.574	6.239.044	4.850.820
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.021.427	7.099	2.442.502	1.752.117
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	802.178	1.200.564	3.803.583	4.434.042
Total	5.270.594	3.935.237	12.485.129	11.036.979
Circulante	1.401.347	1.207.663	3.401.660	6.186.158
Não Circulante	3.869.247	2.727.574	9.083.469	4.850.821

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683 no banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 18.e e 24)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco		
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.058.847	3.596.609	1.705.979	2.064.799	(1.834.317)	1.936.461
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.083.996	1.871.948	893.115	6.875	(380.866)	519.124
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.236	21.254	5.314	-	(4)	5.310
Outros	2.191.733	274.113	123.166	862.928	-	966.094
Total	7.355.812	5.763.924	2.727.574	2.934.602	(2.215.187)	3.446.989

	Origens			Consolidado		
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.770.251	7.776.142	3.254.614	3.346.744	(2.529.243)	4.072.115
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.158.508	1.966.265	935.587	99.668	(438.887)	596.368
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.988.251	1.877.592	469.398	43.215	(15.550)	497.063
Outros	2.845.118	592.670	191.221	883.763	(1.486)	1.073.498
Total	15.762.128	12.212.669	4.850.820	4.373.390	(2.985.166)	6.239.044

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	-	-	30/06/2024	Total
2024	137.217	108.562	23.914	-	-	269.693	269.693
2025	274.434	217.124	47.829	-	-	539.387	539.387
2026	274.434	217.124	47.829	-	-	539.387	539.387
2027	273.549	217.125	47.828	-	-	538.502	538.502
2028	272.664	217.125	47.828	-	-	537.617	537.617
2029 a 2033	252.628	201.516	23.914	-	-	478.058	478.058
Até 2034	302.419	241.926	-	-	-	544.345	544.345
Total	1.7						

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet;
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4); e
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(4) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco				
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial
			01/01 a 30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024
Controladas do Banco Santander					
Aymoré CFI	23.635.873	797.135	23.635.873	22.838.738	797.135
Banco RCI Brasil S.A.	1.380.753	95.932	550.795	508.035	38.268
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	213.829	(388)	213.829	214.216	(388)
Esfera Fidelidade S.A.	1.309.962	401.918	1.309.962	908.089	401.873
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.858.093	393.896	7.858.093	7.482.700	396.083
Sancap	1.200.147	274.070	1.200.147	1.223.774	274.070
Santander Brasil Consórcio	1.297.262	269.362	1.297.262	1.027.901	269.362
Santander CCVM	989.770	18.675	989.768	975.593	18.675
Santander Corretora de Seguros	7.159.538	698.140	7.158.666	6.462.279	698.140
Santander Leasing	11.673.504	370.718	11.673.504	11.445.416	370.718
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	238.945	8.698	238.945	230.246	8.698
Toro Participações S.A.	136.519	1.861	136.519	-	1.861
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	269.990	353.293	503.922	48.247
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-
Outros	1.690.086	(28.671)	1.390.337	1.298.301	(10.244)
Total	70.981.297	3.571.336	60.050.993	55.119.210	3.312.498

	Consolidado				
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial
			01/01 a 30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander					
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	34.768	(16.743)	5.795	3.585	(2.791)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	205.885	(6.940)	41.177	42.565	(1.388)
EBP	3.548	1.675	394	208	186
Gestora de Crédito	348.722	(14.664)	54.226	56.507	(2.280)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.930	716	1.965	1.607	358
PSA Corretora	-	-	-	-	1.226
Santander Auto	95.239	24.041	47.620	36.762	12.021
TeCBan	1.012.279	44.679	192.131	183.650	8.480
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	480.860	88.779	144.258	106.956	26.634
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	275.227	353.293	503.922	48.247
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-
Total	14.382.247	396.770	2.884.859	935.762	89.467

(1) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 29.c.

14. Imobilizado de Uso

	Banco					
	30/06/2024		31/12/2023			
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual		
Imóveis de Uso	2.375.115	(1.015.064)	1.360.051	2.385.144	(991.889)	1.393.255
Terrenos	611.482	-	611.482	613.619	-	613.619
Edificações	1.763.633	(1.015.064)	748.569	1.771.525	(991.889)	779.636
Outras Imobilizações de Uso	13.413.588	(9.973.572)	3.440.016	13.559.747	(9.701.225)	3.858.522
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.544.187	(4.200.962)	1.343.225	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856
Equipamentos de Processamento de Dados	3.009.445	(2.123.435)	886.010	2.958.597	(1.960.612)	997.985
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	3.838.597	(2.917.523)	921.074	3.946.673	(2.964.733)	981.940
Sistemas de Segurança e Comunicações	959.788	(698.737)	261.051	945.019	(664.032)	280.987
Outras	61.571	(32.915)	28.656	67.640	(30.886)	36.754
Total	15.788.703	(10.988.636)	4.800.067	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777

	Banco					
	01/01 a 30/06/2024		01/01 a 30/06/2023			
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Total
Saldo no Início do Exercício	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469	(10.317.194)	5.712.275
Adições	201.558	-	201.558	560.786	-	560.786
Depreciação	-	(583.642)	(583.642)	-	(647.615)	(647.615)
Baixas	(357.746)	288.120	(69.626)	(298.642)	225.316	(73.326)
Transferências	-	-	-	16.340	(12.389)	3.951
Saldo no Final do Período	15.788.703	(10.988.636)	4.800.067	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071

	Consolidado					
	30/06/2024		31/12/2023			
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual	Total	Total
Imóveis de Uso	2.609.147	(1.076.637)	1.532.510	2.617.403	(1.049.217)	1.568.186
Terrenos	656.052	-	656.052	658.187	-	658.187
Edificações	1.953.095	(1.076.637)	876.458	1.959.216	(1.049.217)	909.999
Outras Imobilizações de Uso	13.857.156	(10.166.885)	3.690.271	13.956.282	(9.869.620)	4.086.662
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.661.908	(4.274.567)	1.387.341	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495
Equipamentos de Processamento de Dados	3.159.835	(2.142.631)	1.017.204	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	4.001.599	(3.014.541)	987.058	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459
Sistemas de Segurança e Comunicações	964.076	(702.205)	261.871	949.249	(667.430)	281.819
Outras	69.738	(32.941)	36.797	86.603	(30.918)	55.685
Total	16.466.303	(11.243.522)	5.222.781	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848

	Consolidado					
	01/01 a 30/06/2024		01/01 a 30/06/2023			
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Total
Saldo no Início do Exercício	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053
Adições	264.348	-	264.348	624.643	-	624.643
Depreciação	-	(615.627)	(615.627)	-	(684.148)	(684.148)
Baixas	(363.235)	291.367	(71.868)	(378.017)	256.316	(121.701)
Transferências	(8.495)	(425)	(8.920)	(451)	4.302	3.851
Saldo no Final do Período	16.466.303	(11.243.522)	5.222.781	16.882.112	(10.944.414)	5.937.698

15. Intangível

	Banco			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.017.298)	203.217	303.073
Outros Ativos Intangíveis	14.587.928	(7.788.014)	6.799.914	6.779.882
Aquisição e Desenvolvimento de Logícias	9.980.395	(5.701.677)	4.278.718	4.104.278
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.380	(161.814)	11.566	21.480
Total	41.808.443	(34.805.312)	7.003.131	7.082.955

	Banco			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Saldo no Início do Exercício	41.237.399	(34.154.444)	7.082.955	6.315.142
Adições (1)	901.708	-	901.708	3.678.961
Amortização	-	(981.337)	(981.337)	(2.018.678)
Baixas	(330.664)	330.469	(195)	(897.488)
Transferências	-	-	-	5.018
Saldo no Final do Período	41.808.443	(34.805.312)	7.003.131	7.082.955

	Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.273.819	(27.540.253)	733.566	887.252
Outros Ativos Intangíveis	15.185.978	(8.103.572)	7.082.406	7.074.300
Aquisição e Desenvolvimento de Logícias	10.578.065	(6.017.236)	4.560.829	4.398.186
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.760	(161.813)	11.947	21.990
Total	43.459.797	(35.643.825)	7.815.972	7.961.552

	Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Saldo no Início do Exercício	42.895.970	(34.934.418)	7.961.552	7.292.141
Adições (1)	975.248	-	975.248	3.678.961
Amortização	-	(1.078.659)	(1.078.659)	(2.117.080)
Baixas	(438.888)	375.927	(62.961)	(897.488)
Transferências	27.467	(6.675)	20.792	5.018
Saldo no Final do Período	43.459.797	(35.643.825)	7.815.972	7.961.552

(1) Refere-se a aquisição de logícias. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logícias.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2024
					31/12/2023
Depósitos	97.904.468	119.243.009	129.342.397	150.297.706	496.787.580
Depósitos à Vista	39.772.892	-	-	-	39.772.892
Depósitos de Poupança	57.979.899	-	-	-	57.979.899
Depósitos Interfinanceiros	-	2.389.094	1.124.998	252.222	3.766.314
Depósitos a Prazo (1)	151.677	116.853.915	128.217.399	150.045.484	395.268.475
Captações no Mercado Aberto	-	121.997.454	13.419.513		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.488.604	109.513	5.094.679	100.147
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	16.802.823	12.390	7.020.490	8.909
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.864.030	1.946	2.768.318	1.985
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	1.310.000	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.720.440	341.790	13.688.909	327.298
Outros Avais	100.060	2.112	90.386	1.840
Outras Fianças Bancárias	18.157.656	36.649	31.184.916	60.216
Outras Garantias Financeiras Prestadas	4.762.202	12.278	2.062.860	49.979
Total	62.205.815	516.678	61.910.558	550.374

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
	Saldo Inicial	Saldo Inicial
Constituição	550.374	413.437
Reversão (1)	(63.447)	(25.980)
Saldo	516.679	525.815

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
	2.599.601	2.326.237	2.794.628	2.521.560
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	6.259.216	5.734.590	6.776.663	6.188.861
Ações Trabalhistas	3.397.331	3.051.424	3.658.330	3.291.702
Ações Cíveis	2.861.885	2.683.166	3.118.333	2.897.159
Total	8.858.817	8.060.827	9.571.291	8.710.421

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Constituição Líquida de Reversão (2)	267.959	1.281.823	464.999	(1.873.869)	1.267.593	288.677
Atualização Monetária	73.520	80.127	122.454	76.355	35.449	147.762
Baixas por Pagamento	(68.115)	(1.016.043)	(408.734)	(56.507)	(557.793)	(324.084)
Saldo Final	2.599.601	3.397.331	2.861.885	2.287.372	2.278.198	2.836.780
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.884.041	601.690	266.509	1.739.356	798.090	307.006
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.044	100.195	6	2.795	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	1.887.085	701.885	266.515	1.742.151	798.443	307.015

	Consolidado					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.521.560	3.291.702	2.897.159	6.722.249	1.711.146	2.883.056
Constituição Líquida de Reversão (2)	274.530	1.359.681	598.788	(4.101.201)	1.357.031	426.431
Atualização Monetária	78.117	87.159	125.146	87.298	38.033	150.483
Baixas por Pagamento	(79.579)	(1.080.212)	(502.760)	(99.092)	(599.274)	(437.361)
Saldo Final	2.794.628	3.658.330	3.118.333	2.609.254	2.506.936	3.022.609
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.197.889	630.923	274.204	3.120.278	842.764	315.511
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.281	100.195	6	3.952	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	3.202.170	731.118	274.210	3.124.230	843.117	315.520

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 25).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.358 milhões e no Consolidado é R\$ 6.623 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.133 milhões (31/12/2023 - R\$ 1.099 milhões) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 139 milhões no Banco e R\$ R\$ 140 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 137 milhões no Banco e R\$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 394 milhões no Banco e R\$411 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 365 milhões no Banco e R\$ 379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 19. e

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda foi classificado como provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmado um acordo entre o Banco e as partes envolvidas (AFABESP e assessores jurídicos), perante o TRT, estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. A implementação do acordo depende da manifestação e adesão individual de cada beneficiário nas respectivas ações, que poderão ser realizadas até o dia 31/07/2024, podendo ser prorrogadas até 15/08/2024.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudence no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 34.029 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 34.829 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das instituições financeiras.

Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2024, o valor envolvido é de R\$ 2.206 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - O Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$9.511 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - O Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$3.898 milhões.

Compensação Não Homologada - O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 4.972 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 04 de abril de 2024, o recurso do Banco foi acolhido pela Câmara Superior do CARF, para cancelar integralmente a autuação.

Perdas em Operações de Crédito - O Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.420 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 2.442 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, a primeira autuação aguarda julgamento no CARF. Quanto à segunda autuação, em razão da admissão parcial do Recursos da Câmara Superior do CARF, houve desmembramento para cobrança da parcela não admitida. Assim, foi ajuizada ação para discussão da parcela em cobrança. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 817 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente atribuído. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 561 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile, Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 983 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 175 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banespar pelo IGPDI - Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que ocorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 2.693 milhões no Consolidado.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de forma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, noventa e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações

	30/06/2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	140.631	166.204	306.835	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.678.064	3.513.632	7.191.696	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836</	

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	68.535	75.444
Remuneração variável - Em espécie	56.410	56.878
Remuneração variável - Em ações	44.560	50.477
Outras	52.190	28.636
Total Benefícios de Curto Prazo	221.695	211.235
Remuneração variável - Em espécie	65.733	68.908
Remuneração variável - Em ações	65.600	68.507
Total Benefícios de Longo Prazo	131.333	137.415
Total	353.028	348.650

Adicionalmente, em 2024 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 24.289 (30/06/2023 - R\$ 23.645).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas	25.051.947	99,5%	25.120.898	99,3%	103.771.312	99,5%
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.761	0,1%	3.761	0,1%	7.522	0,1%
Outros	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%
Total em Circulação	3.799.425	99,5%	3.660.566	99,5%	7.459.991	99,5%
Ações em Tesouraria	19.270	0,5%	19.270	0,5%	38.540	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
*Free Float" (2)	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas	25.051.947	99,5%	25.120.898	99,3%	103.771.312	99,5%
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
*Free Float" (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)		
Ativo	25.051.947	25.120.898	103.771.312	93.150.685	91.050	112.444	128.914.309	118.384.027
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	59.808.655	57.817.876	-	-	64.612.967	70.166.847
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.317.924	885.833	-	-	8.317.924	885.833
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	1.144.205	1.015.902	-	-	3.207.544	5.442.846
Relações Interfinanceiras	-	-	20.826.075	22.628.266	-	-	20.826.075	22.628.266
Operações de Crédito	-	107.770	321.728	31.209	22.729	-	138.979	344.457
Dividendos e Bonificações a Receber	-	1.323	306.212	-	-	-	1.323	306.212
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.110.699	927.017	-	-	1.110.699	927.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	212.634	189.325	-	-	212.634	189.325
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	12.143.807	8.984.838	-	-	12.304.092	9.347.382
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(27.299.540)	(17.455.795)	(41.644.368)	(41.723.372)	(325.187)	(323.689)	(69.269.095)	(69.502.856)
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(4.653.767)	(2.036.810)	(35.470)	(26.451)	(7.538.488)	(7.094.212)
Operações Compromissadas	-	-	(8.204.203)	(7.369.449)	-	101	(8.204.203)	(7.369.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(237.434)	(253.831)	-	-	(237.434)	(254.026)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(319.995)	(158.420)	(289.717)	(297.339)	(840.623)	(525.911)

	Banco							
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)		
Ativo	25.051.947	25.120.898	103.771.312	93.150.685	91.050	112.444	128.914.309	118.384.027
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	59.808.655	57.817.876	-	-	64.612.967	70.166.847
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.317.924	885.833	-	-	8.317.924	885.833
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	1.144.205	1.015.902	-	-	3.207.544	5.442.846
Relações Interfinanceiras	-	-	20.826.075	22.628.266	-	-	20.826.075	22.628.266
Operações de Crédito	-	107.770	321.728	31.209	22.729	-	138.979	344.457
Dividendos e Bonificações a Receber	-	1.323	306.212	-	-	-	1.323	306.212
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.110.699	927.017	-	-	1.110.699	927.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	212.634	189.325	-	-	212.634	189.325
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	12.143.807	8.984.838	-	-	12.304.092	9.347.382
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(27.299.540)	(17.455.795)	(41.644.368)	(41.723.372)	(325.187)	(323.689)	(69.269.095)	(69.502.856)
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(4.653.767)	(2.036.810)	(35.470)	(26.451)	(7.538.488)	(7.094.212)
Operações Compromissadas	-	-	(8.204.203)	(7.369.449)	-	101	(8.204.203)	(7.369.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(237.434)	(253.831)	-	-	(237.434)	(254.026)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(319.995)	(158.420)	(289.717)	(297.339)	(840.623)	(525.911)

	Banco							
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)		
Ativo	25.051.947	25.120.898	103.771.312	93.150.685	91.050	112.444	128.914.309	118.384.027
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	59.808.655	57.817.876	-	-	64.612.967	70.166.847
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.317.924	885.833	-	-	8.317.924	885.833
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	1.144.205	1.015.902	-	-	3.207.544	5.442.846
Relações Interfinanceiras	-	-	20.826.075	22.628.266	-	-	20.826.075	22.628.266
Operações de Crédito	-	107.770	321.728	31.209	22.729	-	138.979	344.457
Dividendos e Bonificações a Receber	-	1.323	306.212	-	-	-	1.323	306.212
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.110.699	927.017	-	-	1.110.699	927.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	212.634	189.325	-	-	212.634	189.325
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	12.143.807	8.984.838	-	-	12.304.092	9.347.382
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(27.299.540)	(17.455.795)	(41.644.368)	(41.723.372)	(325.187)	(323.689)	(69.269.095)	(69.502.856)
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(4.653.767)	(2.036.810)	(35.470)	(26.451)	(7.538.488)	(7.094.212)
Operações Compromissadas	-	-	(8.204.203)	(7.369.449)	-	101	(8.204.203)	(7.369.348)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	84.218,8	81.259,1
Capital Principal	77.058,4	75.042,8
Capital Complementar (Nota 17.b)	7.160,4	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	14.506,9	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	98.725,7	94.903,3
Risco de Crédito (1)	593.481,2	560.780,9
Risco de Mercado (2)	35.494,2	33.002,7
Risco Operacional	57.479,3	60.491,1
Total de RWA (3)	686.454,7	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,27	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	11,23	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,38	14,51

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAca).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *Hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/20, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2024.

Carteira Negociação	Consolidado			
	Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1 Cenário 2 Cenário 3	
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.188)	(309.863)	(619.726)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(80)	(1.428)	(2.856)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de Índices de preços	(4.327)	(6.215)	(12.429)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.254)	(20.369)	(40.739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de Moedas estrangeiras	(329)	(7.160)	(14.320)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.404)	(60.100)	(120.201)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.865)	(14.155)	(28.310)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.763)	(69.078)	(138.155)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(745)	(1.490)
Total (1)		(25.240)	(489.113)	(978.226)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Consolidado			
	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(83.830)	(2.685.560)	(5.785.933)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(31.072)	(1.059.135)	(2.226.565)
	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.440)	(587.347)	(1.084.742)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.087)	(149.428)	(274.046)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.297)	(18.984)	(37.959)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(37.246)	(657.464)	(1.377.160)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.374)	(34.347)	(68.693)
Moeda Estrangeira				
Total (1)		(199.346)	(5.192.265)	(10.855.098)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29. Reestruturações Societárias

Até o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação Total da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em conta de investimento por equivalência.

b) Incorporação Total da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com a Sodexo no Brasil e (ii) na capacidade da empresa combinada de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo da joint-venture.

d) Incorporação Total da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

e) Aquisição da parcela remanescente da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return" - subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

f) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

g) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação"). Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da operação.

h) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.588.271 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

a. na data do Closing, no valor de R\$291.529 (R\$ 145.764 milhões pagos na Data do Fechamento mediante a TED e R\$ 145.764 milhões pagos em certificados de depósito de ação, entregues à vista, na Data do Fechamento);

b. R\$92.536 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmação do atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

i) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida do Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

30. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 66.676.768 (31/12/2023 - R\$ w64.277.216) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.483.129 (31/12/2023 - R\$ 11.871.919) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 317.612.627 (31/12/2023 - R\$291.736.828) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2024, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2023 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2024, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2023 - R\$1.546.050).

d) Entre 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 1 Ano	525.818	582.294
Entre 1 a 5 Anos	1.123.853	1.132.400
Mais de 5 Anos	732.540	734.431
Total	2.382.210	2.449.134

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 676 (31/12/2023 - R\$649) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2024, foram no valor de R\$ 279.596 (2023 - R\$ 326.745).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento e com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente Swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais

Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3	2024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	121.388.577	121.388.577	10.522.542	103.229.400	7.636.635	
Títulos e Valores Mobiliários	271.109.905	270.791.972	194.234.347	12.817.439	63.740.186	
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.047.004	31.047.004	-	30.261.739	785.265	
Operações de Crédito	450.798.015	449.727.104	-	-	449.727.104	
Total	874.343.501	872.954.657	204.756.889	146.308.578	521.889.190	

Em milhares de Reais

Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3	2023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	113.860.885	113.860.885	13.779.369	91.886.844	8.194.673	
Títulos e Valores Mobiliários	248.998.836	248.880.165	167.411.689	12.550.106	68.918.370	
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.066.689	28.066.689	-	26.848.128	1.218.561	
Operações de Crédito	427.599.259	427.516.527	-	-	427.516.527	
Total	818.525.669	818.324.266	181.191.058	131.285.078	505.848.131	

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023:

Em milhares de Reais

Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3	2024
Depósitos	497.074.286	497.093.625	-	-	497.093.625	
Captações no Mercado Aberto	143.563.428	143.580.321	-	143.580.321		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2024

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente)	Ede Ilson Viani - Conselheiro	Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez - Vice-presidente	José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)	Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	José Garcia Cantera - Conselheiro	Cristiana Almeida Pippozzi - Conselheira (independente)	
COMITÊ DE AUDITORIA			
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado	Andrea Maria Ramos Leonel - Membro	René Luiz Grande - Membro
COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE			
José de Paiva Ferreira - Coordenador	Deborah Stern Vieitas - Membro	José Mauricio Pereira Coelho - Membro	Jaime Leôncio Singer - Membro
COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE			
Marília Artimonte Rocca - Coordenadora	Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Membro	Vivianne Naigeborin - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro
COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA			
Deborah Stern Vieitas - Coordenadora	Deborah Patricia Wright - Membro	Cristiana Almeida Pippozzi - Membro	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Membro
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Vieitas - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Mario Roberto Opice Leão

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Gustavo Alejo Viviani

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Alessandro Tomao	Franco Raul Rizza	Gilberto Duarte de Abreu Filho	Renato Eijnisman
Carlos José da Costa André	Germanuêla de Almeida de Abreu	Maria Elena Lanciego Perez	
Ede Ilson Viani	Luiz Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt	Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite	

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Adriana Marques Lourenço de Almeida	Claudene Lopes Duarte	Juliana Improta Cury Simon	Ricardo Oliveira de Magalhães
Alessandro Chagas Farias	Daniel Mendonça Pareto	Leonardo Mendes Cabral	Richard Flavio Da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Eduardo Alvarez Garrido	Luciana de Aguiar Barros	Robson de Souza Rezende
Alexandre Guimarães Soares	Eduardo Luis Sasaki	Marilize Ferrazza Santinoni	Rogério Magno Panca
Ana Paula Neves Granieri Domenici	Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Murilo Setti Fiedel	Sandro Kohler Marcondes
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Flávia Davoli	Paulo César Ferreira de Lima Alves	Sandro Mazerino Sobral
André Juacaba de Almeida	Franco Luigi Fasoli	Paulo Fernando Alves Lima	Sandro Rogério da Silva Gamba
Carlos Aguiar Neto	Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Paulo Sérgio Dualibi	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Celso Mateus De Queiroz	Gustavo de Sousa Santos	Rafael Abujamma Kappaz	Vanessa Alessi Manzi
Cezar Augusto Janikian	Izabella Ferreira Costa Belisario	Ramón Sanchez Santiago	Vitor Ohtsuki
Claudia Chaves Sampaio	Jean Paulo Kambourakis	Reginaldo Antonio Ribeiro	

CONTADORA

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC N° 1SP - 256989/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração. No tocante a suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BRGAAP - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2023 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2024; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus

planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2024, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouidvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do relatório dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouidvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouidvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

VI - Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/FT/KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados a PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

Comitê de Auditoria

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel

Luiz Carlos Nannini

Pedro Augusto de Melo - Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

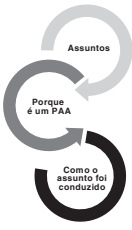
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 7)</p> <p>A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de <i>ratings</i> (classificação de risco de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.</p> <p>Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(p) e 19)</p> <p>O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de <i>rating</i> considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos <i>ratings</i> atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p> <p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis que são realizados pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 28(a))</p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia no proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos e, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de julho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 25/07/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://pt1848321a2278d543765427bb415771ee02e25da>